

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A GESTÃO ESCOLAR E A AVALIAÇÃO DA
APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Ana Paula dos Santos Ferraz

**Agudo, RS, Brasil
2013**

**A GESTÃO ESCOLAR E A AVALIAÇÃO DA
APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS**

por

ANA PAULA DOS SANTOS FERRAZ

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Profa. Me. Alexandra Silva dos Santos Furquim

**Agudo, RS, Brasil
2013**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**A GESTÃO ESCOLAR E A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE
ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

Elaborada por
Ana Paula dos Santos Ferraz

Como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Alexandra Silva dos Santos Furquim, Me. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Maiane Liana Hatschbach Ourique, Dra. (UFSM)

Neila Pedrotti Drabach, Me. (UFSM)

Agudo, RS, 29 novembro de 2013.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A GESTÃO ESCOLAR E A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

AUTORA: ANA PAULA DOS SANTOS FERRAZ
ORIENTADORA: PROFESSORA. Me. ALEXANDRA SILVA DOS SANTOS
FURQUIM

Agudo, 29 de Novembro de 2013.

Este estudo teve como tema central as relações entre a gestão escolar e a avaliação da aprendizagem de alunos com necessidades especiais (NE) incluídos nas escolas da rede regular de ensino. A problemática norteadora da pesquisa foi como as práticas avaliativas e concepção de gestão presentes nos Projetos Pedagógicos e práticas gestoras de duas Escolas públicas de uma cidade da região central do Estado do Rio Grande do Sul contribuem para o sucesso ou não do processo de inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais. O objetivo geral foi compreender as relações entre os Projetos Pedagógicos (PPs) e as práticas gestoras das duas instituições pesquisadas acerca dos princípios da gestão escolar e a avaliação da aprendizagem de alunos com NE, bem como as influências dessas relações no processo de inclusão de alunos com NE. Para tanto, utilizou-se como estratégia metodológica um estudo de caso, com abordagem qualitativa. A análise documental e o questionário foram utilizados como instrumentos de coleta de dados. Participaram do estudo três representantes da equipe gestora de cada instituição pesquisada. Os dados da pesquisa foram analisados de acordo com a técnica de análise de conteúdo. Os subsídios teóricos da pesquisa apóiam-se em autores que discutem acerca da gestão escolar, como Libâneo (2005) e Lück (2013), da avaliação da aprendizagem, como Luckesi (1995), Hoffman (2003), como também naqueles que articulam a gestão escolar com a avaliação e a inclusão escolar, como Carvalho (2011). Assim, os resultados demonstram que o conceito de gestão escolar ainda é pouco conhecido pelas gestoras de ambas as instituições, mas que essas estão no caminho para se tornarem democráticas. Apontam, também, que a avaliação da aprendizagem de alunos com NE nas duas instituições é realizada com o princípio de que é um instrumento de diagnóstico que enfoca os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, seguindo princípios democráticos e emancipatórios. Considera-se, portanto, necessário fortalecer a gestão escolar a partir do conhecimento sobre essa, com práticas descentralizadas e decisões compartilhadas possuindo conhecimento sobre o significado da avaliação para que seja proporcionando aos educandos efetiva inclusão, ou seja, acesso, permanência e aprendizagem significativa.

Palavras-chave: Gestão escolar democrática. Avaliação. Inclusão.

ABSTRACT

Monograph of Specialization
Distance Postgraduate Course
Lato-Sensu Specialization in Educational Management
Federal University of Santa Maria

THE SCHOOL MANAGEMENT AND THE AVALUATION OF LEARNING OF STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS

AUTHOR: Ana Paula dos Santos Ferraz
COACH: Prof^a Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim
Agudo, November, 29 of 2013.

The study had as central theme the relation between the school management and the evaluation of learning of the students with special needs (SN) included in the school of the regular teaching net. The guiding problematic of the research was as the evaluating practices and the conception of managing present in the Pedagogical Projects and managing practices of two public schools of a city of central region of Rio Grande do Sul State contribute to the success or not of students with special educational needs. The general aim was to understand the connetions between the Pedagogical Projects (PPs) and the managing practices of the two institutions researched about the principles of the school managing and the evaluation of students' learning with SN (Special Needs), as well as the influences of these connections in the process of students with SN. For this reason, we used as methodological strategy a study case, with qualitative approach. The documental analysis and a questionnaire were used as instruments of data collecting. Three representants of the management team of each researched institution participated in the study. The research data were analyzed according to the technique of analysis of content. The theoretical subsidies of the research are supported in authors who discuss about school management, such as Libâneo (2005) and Lück (2013), of evaluation of learning as Luckesi (1995), Hoffman (2003), as well as in those who articulate the school management with the evaluation and the school inclusion as Carvalho (2011). The results showed that the concept of school management is still insufficiently known by the managements of both institutions, but that they are on way to become democratic. They also point out that the evaluation of students 'learning with SN in two institutions is carried out with the principle that it's an instrument of diagnostic that focus the qualitative aspects over the quantitative ones, following the democratic and emancipatory principles. It's considered, therefore, necessary to strengthen the school management departing from the knowledge about it, with decentralized practices and decisions shared having the knowledge about the meaning of evaluation so that an effective inclusion is proportioned to the learners, or better, permanent access and significative learning.

Key-words: Democratic School Management. Evaluation of Learning. Inclusion.

Agradecimentos

A Deus, por guiar a minha vida.

Aos meus pais, Celso e Fátima, por sempre acreditar e apostar no meu potencial.

Ao Andrei, pelo companheirismo e compreensão principalmente nos momentos de maior tensão.

À Professora Alexandra Silva dos Santos Furquim pelos conhecimentos compartilhados e pela ajuda sempre que solicitada.

As professoras que participaram da pesquisa e as escolas que possibilitaram que este estudo fosse concretizado .

A todos meu carinho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1 GESTÃO ESCOLAR, INCLUSÃO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	12
1.1 A Gestão Escolar	12
1.2 Marcos legais acerca da Educação Inclusiva	15
1.3 Avaliação da Aprendizagem de alunos com Necessidades Especiais	18
2 GESTÃO ESCOLAR FRENTE À AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	23
2.1 Gestão escolar e avaliação da aprendizagem de alunos com NE: reflexões acerca do PP das escolas pesquisadas	23
2.2 Gestão escolar e avaliação da aprendizagem de alunos com NE: a visão dos gestores escolares	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICES	45

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema central as relações entre gestão escolar, avaliação da aprendizagem de alunos com necessidades especiais (NE) e processos de in/exclusão.

Assim, nos últimos anos, percebe-se elevado aumento de crianças com NE matriculadas nas escolas da rede regular de ensino. Isso se deve aos avanços nos estudos e nas políticas públicas acerca da inclusão escolar que vem legitimando esse espaço como uma fonte de interações sociais que favorecem o desenvolvimento dessas crianças. Desse modo, a Resolução CNE/CEB 04/2009 coloca que

os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, 2009, p. 01)

Nesse contexto, os alunos com NE passam a frequentar o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no turno inverso. No entanto, uma questão a ser levantada é como as práticas avaliativas presentes nos Projetos Pedagógicos (PPs)¹ das escolas contribuem para o sucesso ou não do processo de inclusão escolar dos alunos com NE, uma vez que ao avaliar a aprendizagem avalia-se também toda a escola, em seus diversos segmentos. Em suma, “A avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu consequente projeto de ensino” (LUCKESI, 2005, p. 01).

Por isso, a gestão escolar deve ter princípios democráticos contando com a participação de toda a comunidade escolar e principalmente dos docentes que atuam na instituição, de modo que, ao participar ativamente nas decisões pertinentes ao processo de ensino e aprendizagem é possível uma melhor

¹ Utiliza-se nesse trabalho Projeto Pedagógico (PP), pois se entende que toda a ação pedagógica já é uma ação política, pois o pedagógico engloba várias dimensões do trabalho educativo, dentre ela a dimensão política e ética.

compreensão da instituição e suas concepções. Diante disso, a avaliação terá seu sentido mais autêntico e significativo principalmente se tiver articulação com o PP da escola, que funciona a partir da ação do professor que realiza seu trabalho e se compromete com a avaliação da aprendizagem em seu espaço escolar.

A gestão escolar democrática e a avaliação da aprendizagem são reconhecidas como fatores que podem mostrar se a escola está caminhando em busca da inclusão de seus alunos com NE, por isso, julga-se procedente investigações que busquem analisar esses fatores para a melhoria do processo educativo.

Sendo a gestão escolar responsável, em grande parte, pela excelência da educação na escola, sua tarefa é primar por uma prática educativa menos excludente e que valorize as diferenças individuais de seus educandos, atentando para a aquisição das habilidades e competências que a vida vai exigir do aluno como cidadão.

Desse modo, a importância desse estudo justifica-se devido à necessidade de promover uma educação de qualidade que valorize as diferenças individuais por meio de uma gestão escolar participativa, democrática e consciente de que a avaliação pode ser uma ferramenta de exclusão se os educadores não tiverem conhecimento de seu real significado.

Para isso, a pesquisa está apoiada no pensamento de autores que discutem acerca da gestão escolar, como Libâneo (2005) e Lück (2013), da avaliação da aprendizagem, como Luckesi (1995), Hoffman (2003), como também naqueles que articulam a gestão escolar com a avaliação e a inclusão escolar, como Carvalho (2011).

Desta forma, sob os fundamentos e problemáticas apresentados percebe-se a necessidade de estudar as relações entre a gestão escolar e a avaliação da aprendizagem como fatores de in/exclusão. Assim, as questões que norteiam a pesquisa são: Qual a concepção de gestão escolar e de avaliação da aprendizagem que permeia os PPs escolares? A concepção de gestão escolar influencia na de avaliação? Como isso ocorre? Quais as influências da avaliação da aprendizagem e da gestão escolar para os processos de in/exclusão de alunos com NE nas escolas?

Deste modo, a proposta de pesquisa refere à avaliação da aprendizagem de alunos com NE incluídos em duas escolas da rede regular de ensino de uma cidade

da região central do Estado do Rio Grande do Sul partindo da análise do PP para compreender a sua repercussão nas práticas desenvolvidas no contexto pesquisado.

Assim, o objetivo geral do estudo é compreender as relações entre a avaliação da aprendizagem e os princípios da gestão escolar presentes no PP das instituições, bem como suas influências no processo de inclusão de alunos com NE.

Este objetivo geral subdividiu-se em três objetivos específicos, sendo eles: conhecer a concepção de gestão escolar que norteia o trabalho desenvolvido no contexto escolar a partir da constatação de como foi construído o PP; conhecer a concepção de avaliação da aprendizagem dos gestores escolares e conseqüentemente a efetivação da inclusão escolar para alunos com NE; e compreender como são desenvolvidas as práticas avaliativas para alunos com NE propostas em cada instituição.

Para abordar estas questões foi utilizada a pesquisa de natureza qualitativa, uma vez que através dela “[...] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada” (GODOY, 1995, p. 21).

Com isso, através de um estudo de caso, o qual é definido como um estudo que “focaliza uma situação, um fenômeno particular, o que o faz um tipo de estudo adequado para investigar problemas práticos” (DEUS; CUNHA; MACIEL, s/a, p. 4) será compreendida a gestão escolar e as práticas avaliativas no contexto da inclusão escolar para alunos com NE. Além disso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca das leis que normatizam a inclusão escolar e também análise dos documentos que orientam a prática pedagógica nas escolas como o PP.

O exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental. (GODOY, 1995, p. 21)

Para coletar os dados foi utilizado o questionário, aplicado com três representantes da equipe gestora de cada uma das escolas públicas que funcionam na sede do município de Nova Palma/RS e possuem alunos com NE incluídos em turmas regulares. Os representantes são diretor, vice-diretor e coordenador pedagógico de cada instituição pesquisada. O uso do questionário justifica-se pelas

vantagens deste instrumento, principalmente por facilitar o registro das respostas. Dentre as vantagens, Costa (2001) ressalta:

Alcança muita gente com verba relativamente limitada; prescinde de entrevistadores de campo; treinamento mínimo; facilidade de registro das respostas. (COSTA, 2001, p. 76)

Também foi realizada uma análise documental, a fim de analisar documentos norteadores das ações de cada escola, como o PP, relacionando a redação do documento com a concepção da gestão escolar atuante sobre a avaliação da aprendizagem dos alunos com NE.

Os dados coletados foram analisados qualitativamente, tendo em vista a discussão e problematização do assunto, o qual é muito importante para os contextos escolares atuais, que, sendo democráticos devem habituar-se a atitudes participativas e preocupadas com uma educação de qualidade para todos, compromissada na luta contra as desigualdades e preconceito.

Deste modo, essa análise foi realizada a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977 apud GODOY, 1995, p. 23-24), pois possibilita diagnosticar estes dados obtidos com questionamentos realizados de forma aberta aos envolvidos no trabalho.

A análise do conteúdo possui três fases fundamentais: a pré-análise, em que é realizado o primeiro contato do pesquisador com os documentos a serem analisados permitindo definir quais são mais promissores para o problema em questão; a exploração do material, que é a fase na qual o pesquisador lê os documentos classificando e codificando para confirmar ou não as hipóteses iniciais; e o tratamento dos resultados, em que de posse dos resultados brutos o pesquisador tornará estes significativos.

Frente ao exposto, este trabalho contará com dois capítulos: O primeiro intitulado **Gestão Escolar, Inclusão e Avaliação da Aprendizagem** busca apresentar alguns marcos legais que legitimam a inclusão, a perspectiva de gestão escolar utilizada neste trabalho bem como a concepção de avaliação que norteia as discussões apresentadas. O segundo capítulo denominado **Gestão escolar frente a avaliação da aprendizagem de alunos com NE** traz os dados da pesquisa à luz dos conhecimentos teóricos apresentados no decorrer do trabalho. Por fim têm-se

as considerações finais que trazem as conclusões chegadas após a realização desta pesquisa.

CAPÍTULO 1

1 GESTÃO ESCOLAR, INCLUSÃO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Neste capítulo serão apresentadas as concepções de gestão escolar, de inclusão e de avaliação da aprendizagem que norteiam a pesquisa. Para isso, o capítulo será dividido em subseções de acordo com a temática que será discutida.

1.1 A Gestão Escolar

Entende-se por gestão o modo de planejar, agir e fazer acontecer, o que implica que seus processos devem pressupor ação ampla e continuada, envolvendo múltiplas dimensões que são efetivadas articuladas entre si.

Deste modo, pode-se dizer que o conceito de gestão se refere ao sistema de ensino como um todo e não se constitui uma “função circunscrita a quem detém o cargo/função maior de uma unidade de trabalho” (LÜCK, 2013, p. 37). Nesse contexto, a gestão escolar envolve o reconhecimento da

[...] importância da participação de todos na organização e no planejamento do trabalho escolar, uma vez que o conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização no processo pedagógico, à participação de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante compromisso coletivo. (FURQUIM, BRAGA, IRGANG, 2009, p. 2)

Isso significa que a gestão no contexto escolar não faz referência somente a figura do diretor, mas que este deve articular as atividades realizadas na escola com a comunidade em que se insere e, também com a rede que compõe o sistema de ensino. Além disso, o diretor/gestor deve garantir o bom funcionamento da escola, visando o melhor atendimento pedagógico aos alunos, juntamente com sua equipe gestora, docentes e demais membros que nela estão inseridos. Assim, gestão democrática pode ser definida como o ato de gerir uma instituição, promovendo a participação de todos os atores envolvidos no processo educacional de forma

democrática, para que assim ocorra a busca pela melhoria do ensino e da aprendizagem.

A gestão democrática deve ainda ser pautada nos pressupostos de descentralização do poder, participação, autonomia e compartilhamento de decisões, pois, como afirma Libâneo (2004), alguns princípios da organização do trabalho pedagógico e da gestão escolar ancorados numa perspectiva democrática são sustentados a partir: da autonomia das escolas e da comunidade educativa, envolvimento da comunidade escolar no processo escolar, formação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos integrantes da comunidade escolar, avaliação compartilhada e relações assentadas na busca de objetivos comuns.

Deste modo, a gestão escolar democrática, ganho dos sistemas de ensino com a LDB (1996), possui várias incumbências e a principal delas é elaborar e executar uma proposta pedagógica devendo esta orientar-se para realizar estas tarefas de acordo com a lei supracitada.

Para que a elaboração da proposta pedagógica ocorra é necessário a participação efetiva dos profissionais da educação e comunidade escolar, iniciando pela investigação das principais demandas da comunidade, de acordo com o meio em que estão inseridos.

Assim, deve-se fazer um mapeamento das necessidades e propostas que serão projetadas nesse documento que é a essência para as escolas no qual são expressos objetivos e metas para a busca de uma educação de qualidade e que deve também ser construído de forma coletiva. Ainda, o PP deve “ser intencional: apresentar claros objetivos, revelar as teorias que o embasam, enfim, estar em acordo com um rumo que se traça para a escola” (FERREIRA, 2009, p. 4).

Deste modo, sendo o PP uma ferramenta que visa orientar a prática educativa, é de suma importância que tenha como pressupostos a formação de cidadãos conscientes e autônomos buscando garantir igualdade de acesso e permanência dos alunos na escola. Assim, como coloca Ferreira (2008, p. 177) “Vale dizer, o pedagógico é a dinâmica da escola, da educação, por isso mesmo, é resultante da colaboração de todos, nos diversos espaços e tempos do ambiente e da convivência escolar”.

Nesse contexto, para produzir conhecimento é necessário que o PP seja construído democraticamente com a participação de toda a comunidade escolar, tendo em vista as necessidades apresentadas por esta. Este modo de agir e pensar é que podem caracterizar o pedagógico como político, pois,

Projeto Pedagógico é a forma de organizar o trabalho pedagógico na escola, articulando saberes e espaços-tempos com base nas demandas apresentadas pela comunidade escolar. De certa forma, é um projeto que, embora de caráter burocrático, precisa ser construído a partir das vivências e deve ser motivo para as práticas cotidianas. (FERREIRA, 2009, p. 4)

Isso significa que a dinâmica da escola e as práticas desenvolvidas nesse ambiente devem estar em consonância com os princípios e fundamentos expostos no PP da instituição.

O PP deve representar “o corpo e a alma da escola” (FERREIRA, 2009, p. 6) e por este motivo que

o lado político do Projeto Pedagógico refere-se à preocupação em garantir igualdade de condições para o acesso e para a permanência na escola. Durante esse tempo de escola, o aluno precisa ter garantida a qualidade técnica e a qualidade política geradora de um processo educativo conseqüente. Para tanto, há necessidade de uma gestão democrática na escola o que implica necessariamente na valorização dos docentes e na garantia de espaços para discussão sobre educação.

Assim, o PP é por si só uma ferramenta política dentro da escola onde estão contidas as decisões coletivas que visam orientar o fazer educativo de modo a garantir acesso e permanência de todos na escola e também a qualidade do ensino ofertado para que a produção de conhecimento seja significativa.

O processo de construção e implementação do Projeto Político-pedagógico, como um instrumento de gestão democrática, para não cair num vazio, não pode prescindir da participação ativa dos atores locais: a comunidade escolar, através de práticas que considerem e se adaptem às especificidades de cada escola, à sua cultura, manifesta nos ritos e práticas dantes mencionados e na consideração da origem dos mesmos. (AZEVEDO, 2008, p.14)

Por isto, a gestão no contexto escolar exige organização do trabalho educacional, assim como participação da comunidade na realização do PP das

instituições, ou seja, gestão democrática está intimamente relacionada a participação para uma efetiva qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Em função disso, pressupõe-se que um dos aspectos determinantes para uma efetiva inclusão é uma gestão escolar democrática, uma ação em conjunto que prime por uma educação de qualidade para todos os alunos, independente das suas características próprias, possibilitando diferentes formas de ensino-aprendizagem e também de avaliação para que os educandos tenham sucesso escolar.

Desse modo, a construção do PP deve ser realizada a partir das vivências e deve ser motivo para as práticas cotidianas. Ferreira (2009) cita algumas etapas necessárias à formulação de um Projeto Pedagógico, são elas:

pesquisa acerca da visão da escola pela comunidade onde se insere; determinação das finalidades da escola; reorganização organizacional da escola – gestão democrática; reflexão e reestruturação do currículo; reestruturação do tempo escolar; definição da condução dos processos de decisão; ressignificação das relações de trabalho; determinação dos processos de avaliação. (FERREIRA, 2009, p. 4-5)

A partir das etapas elencadas pela autora pode-se perceber que a construção do PP deve delinear a ação pedagógica e definir que tipo de gestão representa a escola. Por isso, as repercussões dessa construção coletiva devem estar centradas em proporcionar “acesso por todos ao conhecimento, condição para efetiva autonomia e participação dos sujeitos em todos os espaços sociais. Estar-se-á também possibilitando aos sujeitos constituírem-se cada vez mais sujeitos, autônomos e cidadãos” (FERREIRA, 2009, p. 5).

Portanto, sendo construído coletivamente, o PP passa a representar os ideais dos sujeitos que participaram da sua construção e conseqüentemente estes se empenharão para alcançá-las.

1.2 Marcos legais da Educação Inclusiva

A educação de pessoas com NE teve alguns marcos no Brasil, demonstrando algumas evoluções de conceitos e perspectivas que demarcavam os espaços frequentados por essas pessoas. Por isso, é necessário inicialmente mencionar algumas políticas públicas acerca da inclusão por serem responsáveis pelo aumento

das matrículas de alunos com NE nas escolas regulares e também apresentar algumas diretrizes acerca da avaliação da aprendizagem.

A inclusão escolar emergiu na década de 1990, tendo maior força com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 1996 que em seu artigo 4º, inciso III dispõe que deve ser ofertado “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996, p.1).

Na referida lei, o artigo 59 dispõe de alguns recursos que devem ser assegurados aos alunos com NE, dentre eles currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para as peculiaridades de cada educando, bem como capacitação aos professores para atender esses alunos nas salas de aula regulares.

Percebe-se, no entanto, que mesmo diante da lei e após alguns anos de sua aprovação, os professores de sala de aula regular ainda se sentem despreparados para atuar frente a esses alunos e algumas escolas ainda possuem dificuldades em adaptar sua proposta pedagógica para atender as especificidades de cada educando.

Ainda na década de 1990, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passaram a influenciar a formulação de políticas públicas para a educação especial e educação inclusiva e a partir daí as discussões acerca da inclusão intensificaram-se ainda mais.

Desse modo, nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) é disposto que “os sistemas escolares deverão assegurar matrícula de todo e qualquer aluno, organizando-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns” (BRASIL, 2001, p. 29) e também dispõe que deve ser realizada uma avaliação pedagógica desses alunos com NE com o objetivo de identificar barreiras que estejam impedindo ou dificultando o processo educativo, levando em consideração diversas variáveis. Com isso, as escolas além de assegurar a matrícula para os alunos com NE nas salas de aula regulares, devem se organizar de maneira adequada para atender as especificidades de cada educando, eliminando qualquer barreira que impeça sua aprendizagem.

Assim, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), em 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Em busca de uma educação para todos, a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva inclusiva (2008) dispõe sobre a inclusão de alunos com NE e como deve ser realizada a avaliação deste educando, colocando que:

A avaliação pedagógica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor. No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana. (BRASIL, 2008, p. 11)

Ou seja, a avaliação na perspectiva da educação inclusiva visa ao acompanhamento da aprendizagem do educando com NE com o objetivo de eliminar barreiras e promover seu desenvolvimento integral, de maneira a respeitar seu tempo e especificidades, ampliando suas potencialidades.

Ainda, em seu capítulo V, a referida política dispõe sobre os alunos atendidos pela educação especial, que antes desta eram atendidos paralelamente ao ensino regular:

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. (BRASIL, 2008, p. 9)

Com isso, as escolas devem ter em sua proposta pedagógica os princípios da educação inclusiva para que todos os educandos possam ter uma educação de

qualidade. Para isso, a resolução 04/2009 institui as diretrizes para o atendimento educacional especializado, colocando em seu artigo 1º que

os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, 2009, p. 1)

Deste modo, a oferta do AEE juntamente com o ensino regular passa a ser um meio de eliminar as barreiras que possam impedir a aprendizagem dos alunos com NE nas escolas regulares.

A partir desta revisão acerca das políticas educacionais que possibilitaram ao educando com NE estar convivendo e aprendendo juntamente aos demais educandos, questiona-se como a escola regular conduz este processo inclusivo, principalmente com as questões avaliativas que muitas vezes podem evidenciar se estão incluindo ou não estes alunos.

1.3 Avaliação da Aprendizagem de alunos com Necessidades Especiais

A avaliação pedagógica é um fator importante para o processo educativo e, por isso, compreende-se na perspectiva discutida por Hofmann (1993), através dos princípios da avaliação mediadora. A referida autora coloca que a avaliação é reflexão de uma ação e essa ação resulta em nova reflexão. Para ela, essa ação

nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento passo a passo, do educando, na sua trajetória de construção do conhecimento. Um processo interativo, através do qual educandos e educadores aprendem por si mesmos e sobre a realidade no ato próprio da avaliação. (HOFFMANN, 1993, p. 18)

Por isso, a avaliação dos alunos com NE deve levar em consideração as especificidades de cada educando não comparando uns aos outros, pois cada um possui a sua singularidade.

Nesse contexto, avaliar não deve ser classificar, mas, sim, buscar a construção do conhecimento a partir da reflexão dos conhecimentos que o aluno já possui.

Segundo Luckesi (2002, s/p) “Avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir melhor resultado possível; por isso não é classificatória nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva.”

Hoffman (2006, p. 17) ainda afirma “os educadores, em geral, discutem muito “como fazer a avaliação” e sugerem metodologias diversas, antes, entretanto, de compreender verdadeiramente “o sentido da avaliação na escola”. Para eles, avaliação serve para promover os alunos, enunciar quem deve passar de ano e quem não deve por mera obrigação do sistema escolar. Essa avaliação é feita por meio de provas pra constatar resultados e depois classificar, ou seja, percebe-se “o aluno sendo observado apenas em situações programadas” (HOFFMAN, 2006, p. 22).

Acerca disso, Beyer (2005) diz que as práticas avaliativas muitas vezes são parciais, considerando apenas o aluno sem incluir fatores como a atuação docente, os recursos utilizados, o ambiente em que o aluno está inserido, entre outros. Percebe-se que a prática avaliativa que considera apenas o resultado final que o aluno apresenta, como Beyer (2005) afirma, não faz o direcionamento da prática educativa, uma vez que a avaliação deve servir como ferramenta norteadora do processo educativo, considerando todos os fatores, desde a atuação docente, como os recursos utilizados e o ambiente. Nesse contexto, a avaliação reflete o processo desencadeador da aprendizagem e não somente o resultado final, apontando erros ou acertos e classificando os alunos em aptos ou não a passar de ano.

Nesse sentido, considera-se que

é preciso ultrapassar a sistemática tradicional de buscar os absolutamente certos e errados em relação às respostas do aluno e atribuir significado ao que se observa em sua tarefa, valorizando ideias, dando importância a suas dificuldades [...]. (HOFFMAN, 2006, p. 67)

A avaliação não deve ser uma ferramenta que evidencia apenas os resultados, mas uma ferramenta que valoriza o processo percorrido pelo aluno, onde o professor toma consciência de que avaliar não significa atribuir nota, mas, sim, saber como está o seu trabalho, se está se fazendo entender pelos alunos e se sua metodologia está adequada. Por isso, o aluno é comparado a si mesmo, a seus avanços e não a seus colegas, já que cada aluno é único e possui um modo de aprender diferenciado.

Diante disso, Beyer (2005, p. 30-31) reflete sobre os princípios de uma escola inclusiva afirmando

Numa escola inclusiva, a comparação entre os alunos não é apoiada, e o princípio da individualização da avaliação é cuidadosamente praticado. Dá-se preferência a processos que sirvam de retroalimentação do processo de ensino-aprendizagem, isto é, que informem se o aluno está conseguindo progredir em sua aprendizagem, quais metas tem atingido, quais não, enfim, qual a variabilidade positiva e as adversidades em seu aprender.

Frente ao que Beyer (2005) expõe, pode-se dizer que uma escola inclusiva é aquela que valoriza as especificidades de cada aluno, sem comparações entre alunos e com avaliação individualizada. Corroborando com isso, Lüdke (1994, apud Ferreira, 2002, p. 37) coloca que a escola deve ser

uma organização que permita ao aluno caminhar dentro do seu estágio e sem retrocessos, construindo seu conhecimento dentro de suas características pessoais e a avaliação tendo a função fundamental de informar e dar consciência ao professor de como os alunos estão caminhando nesse processo, para poder reorientá-lo e tomar as decisões mais cabíveis.

Sendo assim, pode-se perceber que a escola deve ser um espaço privilegiado de construção do conhecimento, no entanto esse conhecimento deve ser construído respeitando as singularidades de cada educando. A avaliação da aprendizagem deve ser utilizada para evidenciar o processo percorrido pelos alunos na construção do seu conhecimento e orientar a prática para atender as especificidades dos educandos. Pois como afirma Beyer (2005, p. 30)

é injusto avaliar o desempenho de diferentes crianças com os mesmos critérios ou as mesmas medidas. Crianças são únicas em suas características, e, ao mesmo tempo diferentes entre si, não podem ser comparadas através de procedimentos escalonados por uma média, que definem os alunos como bons, médios ou fracos.

Nesse sentido, o aluno deve ser avaliado em comparação com si mesmo, seus progressos e avanços durante os processos. Através da avaliação, o professor pode descobrir as dificuldades e potencialidades dos alunos para modificar suas ações no processo educativo.

Frente ao exposto, a avaliação está diretamente relacionada à gestão escolar, pois os princípios da avaliação são definidos no PP da instituição. Nesse sentido, Silva; Costa; Cruz (s/a, p. 4) afirmam que:

a avaliação é percebida como um processo complexo, um campo teórico e técnico, permeado de aspectos sócio-políticos que mudam de acordo com a contextualização macrossocial, histórica e sociopolítico. Nesse sentido, a avaliação não é neutra, tendo em vista seu papel influente e legitimador e, principalmente, transformador para a sociedade e para o estado, produzindo efeitos nas esferas política, profissional e pessoal de seus agentes e usuários.

Diante do exposto é possível perceber as influências da gestão na avaliação, já que essa é expressa pelo contexto social em que a avaliação está ocorrendo, ou seja, os aspectos sociopolíticos estão diretamente ligados a forma de gestão, seu posicionamento e concepções de ensino, aprendizagem e democracia na instituição. Libâneo (2005) coloca que em uma concepção democrático-participativa tem-se como base um processo de relação participativa entre a direção e os membros da equipe escolar, buscando em conjunto objetivos comuns que devem ser assumidos por todos, resultando assim uma forma coletiva de tomada de decisões.

Portanto, como Sousa (2011, p. 25) afirma, “não é possível pensar em um modelo único de avaliação que atenda a todas as escolas, porque, para que ele ganhe significado institucional, precisa responder ao projeto educacional e social em curso”.

Por isso, percebe-se a necessidade de cada instituição ter clareza do significado de avaliar e ter isso bem delineado no seu PP de acordo com as necessidades evidenciadas pela comunidade escolar. Essa concepção de avaliação, muito importante para a escola delinear como seus alunos serão acompanhados na sua aprendizagem, também é enfoque de algumas políticas públicas da educação.

A LDB n. 9.394 (1996), dispõe em seu art. 24, inciso V, sobre a avaliação do rendimento escolar. Ao tratar do assunto, contempla a aceleração de estudos, a possibilidade de avanço na trajetória escolar e estudos de recuperação, nos seguintes termos:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:
a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Assim, percebe-se na referida lei que na avaliação da aprendizagem deve se sobressair os aspectos qualitativos e que esta deve ser realizada a partir do acompanhamento individual e contínuo do aluno.

Deste modo, nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) é disposto que deve ser realizada uma avaliação pedagógica dos alunos com NE com o objetivo de identificar barreiras que estejam impedindo ou dificultando o processo educativo levando em consideração diversas variáveis.

Desse modo, a avaliação dos alunos com NE deve atentar para a evolução do educando, buscando compreender as relações que ele estabelece durante o processo de aprendizagem bem como as estratégias mais adequadas a seu desenvolvimento potencial.

CAPÍTULO 2

GESTÃO ESCOLAR FRENTE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM NE

Neste capítulo serão apresentados os dados da pesquisa, os quais foram cuidadosamente selecionados seguindo as três etapas da análise de conteúdo (BARDIN, 1977 apud GODOY, 1995). Essa análise foi realizada a partir dos dados obtidos com questionamentos respondidos pelos diretores (2), vice-diretores (2) e coordenadores pedagógicos (3) de duas escolas públicas de uma cidade da região central do Estado do Rio Grande do Sul. Também foram analisados os PPs das duas instituições pesquisadas.

Desse modo, as análises têm como ponto de partida o PP das duas instituições, já que este é considerado o “corpo e a alma” da escola e é nesse documento que se tem o indicativo do modelo de gestão das instituições.

A elaboração do projeto político-pedagógico para a escola que queremos, a escola com a qual sonhamos, exige que a gestão seja democrática. E como o conceito de educação inclusiva precisa ser mais debatido, creio que convém iniciar as discussões para a elaboração do projeto com esse tema, procurando-se modernizar a cultura da escola a respeito, em clima organizacional de liberdade de expressão e de respeito às incertezas. (CARVALHO, 2011, p.105)

Por isso, analisar os PPs aponta em que direção as instituições estão seguindo quanto a inclusão e, principalmente, se o modelo de gestão é participativo e democrático favorecendo os princípios da educação inclusiva.

Para garantir o anonimato das instituições participantes desta pesquisa, denominou-se de Escola A a instituição municipal e de Escola B a instituição estadual, bem como, os sujeitos da pesquisa que tiveram os nomes fictícios de Odila, a diretora, Marlene, a vice-diretora, Mary e Ane, as coordenadoras pedagógicas da escola A. Já a equipe gestora da escola B teve os nomes fictícios de Rosiane, a diretora, MG, a vice-diretora e Silvane, a coordenadora pedagógica.

2.1 Gestão escolar e avaliação da aprendizagem de alunos com NE: reflexões acerca do PP das escolas pesquisadas

A Escola A é uma instituição pública mantida pelo município de uma cidade da região central do Estado do RS. Atende Educação Infantil e Ensino Fundamental de 9 anos. Possui 33 professores incluindo a equipe gestora. O público atendido nessa instituição é de classe média baixa, sendo que a maioria participa dos programas assistenciais do governo.

A Escola B apesar de ser também uma instituição pública situada no mesmo município da instituição supracitada, é mantida pelo Estado e atende Ensino Fundamental de 9 anos, Ensino Médio Politécnico e Educação de Jovens e Adultos. O público atendido por esta instituição é basicamente classe média baixa e a maioria dos alunos trabalham no comércio e na indústria do município.

A partir da análise dos PPs das duas instituições percebe-se a preocupação inicial com a reconstrução deste.

Entende-se que o principal objetivo da re-elaboração desse documento por uma instituição educativa não está ligado apenas às exigências legais ou aos aspectos relacionados ao cumprimento de sua formalização textual, mas, sim, à qualidade conseguida ao longo do processo de sua elaboração, uma vez que o PPP somente se constituirá em referência para as ações educativas se os sujeitos da comunidade escolar se reconhecerem nele, para referendá-lo como tal (PP DA ESCOLA A, 2013, p. 1)

O PP da escola B trata este como a expressão dos desejos e anseios da comunidade, tendo sido foi construído a partir de reuniões e discussões com todos os segmentos contando com a participação e empenho de todos. Somado a isso, a escola apresentou como foi realizada essa reconstrução “A reconstrução deste Projeto Pedagógico expressa os desejos e anseios da comunidade, sendo realizada com a participação e empenho de todos. Foram realizadas reuniões com discussões com todos os segmentos” (PP DA ESCOLA B, 2012, p.2).

Percebe-se nas duas escolas que a reconstrução do PP foi realizada para atender as necessidades evidenciadas pela comunidade escolar e que contou com a participação destes.

Por meio da elaboração do PPP a escola pode significar a ação de todos os seus agentes. É por esse motivo que a escola re-elabora seu Plano Político

Pedagógico, juntamente com a comunidade escolar. (PP DA ESCOLA A, 2013, p.1)

Frente a isso, Carvalho (2011) afirma:

As discussões e a elaboração do projeto político-pedagógico devem ser produzidas por toda a comunidade escolar, sem considerá-las como tarefas de alguns, em geral os educadores, reunidos num grupo de trabalho. O texto estará sempre em processo de aprimoramento, pois se trata de um “tecido” que nunca se arremata, porque a vida é dinâmica e exige adaptações permanentes. (CARVALHO, 2011, p.159)

A partir dessa afirmação da autora, pode-se perceber que na reconstrução de seus PPs as escolas pretendem estar em permanente processo de aprimoramento, contribuindo assim para uma melhor qualidade do ensino.

Nesse contexto, Carvalho (2011) diz que o PP pode ser considerado a “carteira de identidade” da escola onde devem estar presentes os valores que esta cultua e o caminho que pretende seguir para atingir a intencionalidade educativa. A autora ainda ressalta:

Espera-se que prevaleça o propósito de oferecer a todos igualdade de oportunidades educacionais, o que não significa necessariamente, que as oportunidades sejam as mesmas e idênticas, para todos. O direito é a igualdade de oportunidades, respeitadas a diversidade humana e a multiplicidade de interesses e necessidades de cada um. Este é o princípio democrático que deve nortear as discussões e processos deliberativos na escola, em clima de gestão compartilhada. (CARVALHO, 2011, p.159)

Assim, observa-se que as duas escolas estão preocupadas com a formação integral de seus alunos e o exercício da sua cidadania, bem como oportunizar os mesmos a exercitar a democracia participativa nesse ambiente, de acordo com a seguinte afirmação: “A educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (PP DA Escola B, 2012, p. 6).

A esse respeito, o PP da escola A apresenta:

A comunidade escolar entende ainda que a escola deva preparar o aluno para participar do processo político, econômico, social e cultural do país, do estado e do município, como cidadão responsável em um futuro profissional competente; ela deve também tornar cada indivíduo sujeito do seu próprio desenvolvimento, comprometido com o processo de desenvolvimento da comunidade; dar oportunidade ao aluno de exercitar práticas democráticas por meio de estímulos à livre expressão de idéias e sentimentos, respeitando a individualidade de cada aluno e, por fim, proporcionar ao

educando um processo educacional a sua realidade (festas folclóricas, teatros, dança, música, encontros de formação, seminários e excursões) enfatizando o desenvolvimento de habilidades mentais, conforme melhor forma para o aprendizado. (PP DA ESCOLA A, 2013, p. 5)

Nesse contexto, percebe-se a importância que as escolas veem na formação integral de seus alunos. Também se observa no PP da escola B que versa sobre a qualidade da educação, colocando que esta “passa pela democratização do acesso e garantia de permanência e aprendizagem sem discriminação de qualquer natureza” (PP DA ESCOLA B, 2012, p. 5). Nesse ponto, tem-se em Paro (2007, p. 24) uma visão sobre a qualidade do ensino pautada na democracia, pois o autor afirma que é necessário “ter a educação para a democracia como componente fundamental da qualidade do ensino” e acrescenta

Como os indivíduos não podem prescindir da vida em sociedade, não é possível conceber uma educação pública de qualidade sem levar em conta os fins sociais da escola, o que significa em última análise, educar para a democracia, tendo presente o sentido em que estamos empregando esse termo. (PARO, 2007, p. 24)

Nas palavras do autor, tem-se ainda que educar para a democracia está além do que as escolas mencionam em seus PPs, pois para uma efetiva qualidade do ensino, a escola deve planejar uma autêntica educação para a democracia contemplando vários aspectos, dentre eles, a formação intelectual e a informação, a formação moral e a educação do comportamento. Carvalho (2011, p. 114) ressalta que “a boa qualidade da escola traduz-se pelo êxito alcançado na aprendizagem e na participação de todos os alunos, sem exclusões”.

Assim, para fazer jus a filosofia que pregam, as instituições definem seus modelos de gestão:

[...] pretende-se fortalecer a gestão democrática da escola com apoio pedagógico composto por membros representativos da comunidade escolar, com o conhecimento e cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, além de criarem-se estratégias e serviços de apoio pedagógico com o propósito de diminuir os índices de evasão e repetência e elevar o nível de escolaridade dos alunos. (PP DA ESCOLA A, 2013, p. 5)

[...] desenvolver o trabalho administrativo, através de ações conjuntas, numa linha democrático-participativa para obter melhoria na qualidade de ensino, bem como na convivência. Buscar a participação cooperativa no

desempenho de tarefas. Desenvolver um trabalho visando a permanência do aluno na escola através de atividades que venham auxiliar seu processo de inclusão. (PP DA ESCOLA B, 2012, p. 7-8)

Frente ao exposto, pode-se dizer que as duas instituições veem na democracia participativa um modo de gestão que favoreça a aprendizagem dos alunos e sua permanência na escola. Carvalho (2011, p. 80) afirma que são “os princípios democráticos os que fundamentam os sistemas educacionais inclusivos” e por este motivo pode-se acreditar que as escolas pesquisadas estão no caminho para se tornar inclusivas, tanto no contexto social quanto no que se refere à alunos com NE.

No entanto, sobre a inclusão de alunos com NE, não tem nenhuma especificação no PP da escola A. No PP da escola B tem uma caracterização de um de seus ambientes, a Sala de Recursos, que:

Tem a finalidade de auxiliar no processo de adaptação, oferecendo apoio pedagógico aos educandos portadores de necessidades educacionais, já incluídos nas classes regulares, auxiliando-os no desempenho escolar através de situações de aprendizagem que busquem sanar ou minimizar as dificuldades, promovendo, desta forma, a melhoria do processo educativo, na conquista da autonomia do educando. (PP DA ESCOLA B, 2012, p.10)

Nessa perspectiva, Carvalho (2011, p. 80) diz “sistemas educacionais inclusivos estabelecem programas, projetos e atividades que permitem o desenvolvimento pleno da personalidade dos indivíduos, fortalecendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais”.

Desse modo, a escola B entende que os alunos com NE incluídos nas salas de aula regulares necessitam de apoio e de ações que favoreçam sua adaptação bem como recursos que eliminem barreiras para melhoria do processo educativo na conquista da autonomia do educando, como citado anteriormente.

Sobre o processo de avaliação, pode-se ver nos PPs das duas escolas que esta não está centrada apenas no aluno, mas que envolve autoavaliação, avaliação tanto do aluno como do professor e da instituição.

Nas duas escolas, percebe-se que a avaliação deve ser um instrumento de diagnóstico que enfoca os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e as práticas avaliativas seguem princípios democráticos e emancipatórios.

Na avaliação do aproveitamento, os aspectos qualitativos preponderam sobre os quantitativos. O processo avaliativo ocorre através de avaliações contínuas, diagnósticas, investigativas, participativas, democráticas e emancipatórias, que levem em consideração o aluno como um todo, as diferenças individuais e os diferentes saberes. Deve ser um conjunto de ações que busca obter informações sobre o que foi aprendido durante todo o processo de ensino-aprendizagem e não apenas em momentos específicos, caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho. (PP DA ESCOLA A, 2013, p. 10)

A avaliação tem por objetivo, subsidiar o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou grupal. [...] Avaliação como processo de diagnóstico que enfoca aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Que avalie o aluno como um todo e respeite as diferenças individuais e os diferentes saberes. (PP DA ESCOLA B, 2012, p. 28)

Nesse contexto, a avaliação é um instrumento valorizado pelas instituições e tem seu sentido na medida em que considera todos como fundamental, ou seja, avaliação de todos os segmentos e não somente dos alunos. Ainda assim, uma questão a ser ressaltada é a visão do erro descrita no PP da escola B, no qual o professor deve reconhecer que o erro faz parte do processo de aprendizagem e deve intervir positivamente, estimulando o aluno a reformular suas hipóteses até chegar ao resultado adequado (PP ESCOLA B, 2012, p. 15). No entanto, nenhuma das instituições pesquisadas descreve em seu PP sobre a avaliação de alunos com NE. A escola A nem mesmo menciona qual o atendimento que está sendo oportunizado a essa clientela. Por isso, acredita-se ser o PP um instrumento que define a identidade da escola sua elaboração deve ser bem debatida. Nesse contexto, Carvalho (2011) assevera:

[...] como o conceito de educação inclusiva precisa ser mais debatido, creio que convém iniciar as discussões para a elaboração do projeto com esse tema, procurando-se modernizar a cultura da escola a respeito, em clima de liberdade de expressão e de respeito às incertezas. (CARVALHO, 2011, p.105)

O que se pode perceber a partir da leitura dos PPs de ambas as instituições é que o aluno com NE está presentes nessas, no entanto quanto aos mecanismos que permitem sua aprendizagem, participação e permanência na escola não estão estabelecidos claramente, principalmente no PP da escola A, em que não tem nenhum indício dessa clientela, a não ser um item que coloca a sala de recursos

como ambiente da escola, o que não significa que esses alunos tenham um atendimento adequado na instituição.

A partir das análises realizadas, observa-se que ambas as instituições contam com uma gestão escolar democrática, na qual as decisões são compartilhadas e descentralizadas. A avaliação da aprendizagem, que consta nos referidos PPs, para ambas as instituições deve ser individualizada e resultar do acompanhamento do aluno, bem como reorientar a prática docente.

2.2 Gestão escolar e avaliação da aprendizagem de alunos com NE: a visão dos gestores escolares

Nesse momento, aborda-se os dados da pesquisa provenientes do questionário respondido por diretores, vice-diretores e coordenadores pedagógicos de duas escolas do município de Nova Palma/RS acerca da gestão e avaliação escolar, sobretudo, no que se refere aos alunos com NE.

Foram entregues quatro questionários na escola A, devido à existência de duas coordenadoras pedagógicas e três questionários na escola B. Todos os questionários da escola A retornaram, no entanto, a diretora e a vice-diretora responderam juntas e a equipe gestora da escola B alegou que como são uma equipe responderam juntas o questionário.

Inicialmente, questionou-se sobre a formação profissional, inicial e continuada das gestoras. As coordenadoras pedagógicas da escola A, Mary e Ane possuem formação respectivamente em Letras Português/Inglês, com especialização em Língua Portuguesa, atuando nesse cargo há três anos e Pedagogia Anos Iniciais, com especialização em Psicopedagogia, atuando nesse cargo há sete meses. A vice-diretora Marlene é graduada em Pedagogia Licenciatura Plena e possui especialização em Psicopedagogia e a diretora Odila possui a mesma formação que a vice-diretora da instituição.

A equipe gestora da escola B, Rosiane, MG e Silvane possuem formação, respectivamente, em Letras Português/Inglês (exercendo o cargo de diretora há seis meses), Artes Práticas Habilitação em Técnicas industriais, Pedagogia e especialização em Psicopedagogia (exercendo o cargo de vice-diretora há três anos e meio) e graduação em Geografia Licenciatura Plena com especialização em

Supervisão e Orientação Educacional (exercendo o cargo de coordenadora pedagógica desde o início do presente ano).

A partir disso, pode-se discutir sobre a formação dessas gestoras para atuarem em tal cargo, pois apenas a coordenadora pedagógica da escola B possui formação que propicia maiores subsídios para sua atuação, uma vez que uma formação adequada e que compreenda a organização e funcionamento do sistema de ensino possibilita uma atuação mais consistente e que propicie melhorias no processo educativo. No entanto, ressalta-se também que apesar de não possuírem formação adequada, a experiência pode contribuir para uma melhor gestão.

No que se refere à avaliação da aprendizagem durante a formação, todas as gestoras responderam que o tema avaliação da aprendizagem foi contemplado durante a formação e as três coordenadoras pedagógicas das duas instituições responderam que este tema foi debatido principalmente nas aulas de didática e em cursos de formação continuada. Já a diretora e a vice-diretora da escola A ressaltaram que “No Plano Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) estamos abordando esta temática”. A partir disso, verifica-se que ambas as gestoras possuem conhecimentos sobre a avaliação da aprendizagem e como Odila e Marlene da escola A sinalizam, nas formações continuadas também são debatidas questões referentes a essa temática.

Percebe-se, pois, a importância da avaliação como tema de discussão na formação profissional possibilitando ao educador um conhecimento maior sobre essa ferramenta orientadora da prática educativa que possibilita a interpretação do processo de construção de conhecimento, pois como afirma Carvalho sobre a avaliação (2011, p. 163) “trata-se, sem dúvida, de um processo indispensável, que oferece subsídios para analisar as práticas e as políticas adotadas na escola, com vistas de ressignificá-las em benefício do sucesso na aprendizagem e na participação de todos”.

Quanto à participação em cursos que focalizassem a avaliação da aprendizagem todas as gestoras responderam ter participado e a coordenadora pedagógica da escola B respondeu que também lê artigos e reportagens que tratam sobre o assunto, como evidencia sua fala “Sempre que possível sim. Também leio artigos e reportagens que tratam do assunto”, demonstrando interesse em ter mais

conhecimento sobre essa temática e, conseqüentemente, isso auxilia na sua prática enquanto coordenadora pedagógica.

Quanto a cursos, seminários, formação continuada que focalizasse a gestão escolar a diretora e a vice-diretora de ambas as escolas responderam que não fizeram cursos com essa temática. A partir disso, pode-se dizer que é muito importante o gestor escolar também realizar cursos com foco na gestão escolar para estar cada vez mais aperfeiçoando sua prática e entendendo melhor como funciona a gestão da instituição escolar.

Quando questionada sobre a concepção de gestão escolar que embasa a prática pedagógica como gestora, Mary da escola A respondeu que “A gestão é uma prática colaborativa (direção e coordenação) observa os elementos escolares no que se refere a administração e aprendizagem e tem como foco o bom andamento escolar”. Já Ane da mesma instituição respondeu que “É de suma importância a escola e a gestão atender as atuais exigências da vida social oferecendo habilidades necessárias e facilitadoras na inserção social de seus educandos”. A diretora e vice-diretora da escola A destacaram que “a concepção de gestão que embasa a prática é a de gestão integrada: coordenação, direção, professores...”.

A partir disso, pode-se dizer que as três gestoras referem-se a diferentes concepções de gestão focando na colaboração, atribuindo um sentido a essa prática, seja para o bom andamento escolar ou para a inserção social dos educandos. Nesse sentido, Carvalho (2011) afirma que

Para que os gestores educacionais se apropriem dos ideais, tornando-se cúmplices das intenções dos planejadores, faz-se necessário adotar metodologias de trabalho compartilhado, abandonando-se as tradicionais formas de planejamento em que este é, predominantemente, fruto dos trabalhos de técnicos isolados e encerrados em seus gabinetes, em nível central. (CARVALHO, 2011, p.100)

A equipe gestora da escola B respondeu que “a concepção de gestão escolar que embasa a nossa prática como gestoras educacionais é um instrumento norteador das práticas educativas desenvolvidas na escola”

A partir da resposta observa-se uma confusão de ideias, ou seja, elas compreenderam que a pergunta refere-se a gestão escolar, mas não tem definido a concepção de gestão escolar que embasa a sua prática.

As gestoras da escola A conseguiram expor uma concepção de gestão escolar, em que compreendem que a gestão deve ser colaborativa e/ou integrada, mas centralizada na equipe diretiva, no entanto, Mary ao colocar colaborativa entre direção e coordenação está se referindo a administração, outra concepção da organização do trabalho na escola que difere de gestão, pois gestão conforme Lück (2006), refere-se ao conjunto de normas, diretrizes, estrutura organizacional, ações, procedimentos que asseguram a racionalização do uso de recursos humanos, materiais financeiros e intelectuais, coordenação e o acompanhamento do trabalho escolar.

Ao serem questionadas sobre a construção do PP das instituições para entender o modo como esse foi construído, Mary da escola A respondeu que o PP foi construído “por meio do estudo da realidade e histórico escolares, em encontros em que discutimos os elementos anteriormente citados” e Ane respondeu que foi construído “com o corpo docente, secretaria da educação, funcionários da escola”. Já a diretora e vice-diretora da escola A responderam “Em conjunto, comunidade escolar, professores...”. A equipe gestora da escola B respondeu que “foi elaborado de modo participativo com a comunidade escolar (equipe escolar, pais, conselho escolar, CPM, ...)”.

Percebe-se, portanto, que representantes de ambas escolas falaram sobre o modo de construção desse (estudo, participação), bem como quem participou desta elaboração. Desse modo, compreende-se que “o Projeto Pedagógico é a forma de organizar o trabalho pedagógico na escola, articulando saberes e espaços-tempos com base nas demandas apresentadas pela comunidade escolar” (FERREIRA, 2009, p. 4).

Frente a isso, constata-se que a elaboração do PP possibilita a escola construir sua identidade garantindo o “acesso por todos ao conhecimento, condição para efetiva autonomia e participação dos sujeitos em todos os espaços sociais” (FERREIRA, 2009, p. 5).

Sobre a concepção de avaliação da aprendizagem que o PP aborda a coordenadora Mary da escola A respondeu que “Avaliação que tem como ponto de partida a satisfatória aprendizagem dos educandos” e a coordenadora Ane da mesma instituição colocou que “Apresenta-se como desafio que exige principalmente por parte do professor em sua prática pedagógica, verificando se as

atividades pelo professor oportunizam ao aluno construir realmente um conhecimento significativo, assim permitirá uma melhoria na qualidade da educação e formação ofertada pela instituição escolar”. A diretora e a vice-diretora abordam em suas respostas que a avaliação é tida como meio para a aprendizagem. Já a equipe gestora da escola B respondeu da seguinte maneira:

A nossa escola ao definir que deve acolher a diversidade, explicitar e trabalhar as diferenças e proporcionar a permanência do aluno com sucesso, busca construir conhecimento juntamente com os alunos de forma interdisciplinar, criando todas as oportunidades possíveis para alcançar a aprendizagem. (EQUIPE GESTORA DA ESCOLA B)

A partir das respostas tem-se que as gestoras da escola A veem a avaliação como um processo desafiador, mas que serve como meio para promover a aprendizagem dos educandos, assim como Hoffman (2013) defende que a melhoria da aprendizagem têm relação direta com a avaliação pois o sentido dessa é “avaliar para promover melhores oportunidades de uma educação digna para todas as crianças e jovens deste país” (HOFFMAN, 2013, p.146).

Ao mesmo tempo em que se observa esta preocupação com a avaliação, entende-se ser necessário, cada vez mais, os gestores entenderem e produzirem uma avaliação efetiva da educação tanto na escola, quanto nos sistemas educacionais. Quando mais claras estas características da avaliação no contexto educacional, cabe refletir sobre como inserir este fundamental aspecto no Projeto Pedagógico da escola (AZEVEDO, 2008, p.22-23).

Sobre as pessoas que possuem conhecimento sobre o PP da instituição, a coordenadora Mary da escola A respondeu “direção, coordenação e professores” e a Ane colocou “Todo o corpo docente da escola. Equipe diretiva” e a diretora e a vice-diretora responderam “professores, coordenação e direção”. Já a equipe gestora da escola B respondeu que “todos têm a oportunidade de conhecer o PPP, porém nem todos têm interesse”.

Partindo disso, observa-se que as gestoras da escola A mencionam somente direção, coordenação e professores como as pessoas que tem conhecimento do PP, no entanto, se este foi construído coletivamente, com toda a comunidade escolar, estes também deveriam conhecer o PP. Nesse caso, percebe-se uma contradição de ideias que nos leva a questionar se este projeto realmente foi construído

coletivamente, pois quem participa do processo de elaboração com certeza terá conhecimento sobre este.

Por isso, é importante que toda a comunidade escolar esteja envolvida na elaboração do PP e conheça bem este, para que haja maior comprometimento, caso contrário, ocorrerá um distanciamento no que é previsto na teoria do documento e o que acontece na prática. Isto decorre por que devido a não participação na elaboração do PP não possuem o comprometimento de implementá-lo e isso acaba por desconfigurar o papel fundamental que este documento deve possuir, que é de “organizar o trabalho escolar, relacionando os espaços e os tempos educativos a que se propõe a escola” (FERREIRA, 2009, p. 4).

Tendo em vista o tema avaliação da aprendizagem de alunos com NE e como este tem sido refletido nas propostas e ações desenvolvidas na escola a coordenadora Mary da escola A respondeu que “tem sido refletido de maneira cuidadosa e preocupada, porém precisamos avançar muito no conhecimento e aprimoramento de metodologias para facilitar e ampliar a aprendizagem desse grupo de alunos” e a coordenadora Ane apenas ressaltou “sempre com muita atenção”. Odila e Marlene destacaram que “São realizadas conversas entre a Educadora Especial e os professores sobre como avaliar cada aluno”. Já a equipe gestora da escola B afirmou que:

Tem se refletido através de uma metodologia adequada à clientela. Nesse processo é necessário flexibilidade didático-pedagógica. Esta flexibilidade diz respeito à capacidade do professor de intervir para a construção da aprendizagem. Esta flexibilidade também se refere ao respeito do processo de aprendizagem do aluno, o tempo que cada criança leva na construção de sua aprendizagem, diminuindo assim, o índice de exclusão. (EQUIPE GESTORA DA ESCOLA B)

Frente ao exposto, as falas das gestoras da escola A estão centradas na metodologia, em como avaliar o aluno, onde as orientações sobre a avaliação desses alunos são repassadas pela educadora especial. A equipe gestora da escola B preocupa-se com a flexibilização e também se centra na questão da metodologia, ressaltando que esses dois fatores influenciam na aprendizagem e diminuem o índice de exclusão dos alunos com NE.

Sobre isso, Carvalho (2011, p.129 apud MEC/SEESP, 2002) afirma que “a avaliação torna-se inclusiva, na medida em que permite identificar necessidades dos

alunos, de suas famílias, das escolas e dos professores. Mas identificá-las, apenas, não basta” e ainda corrobora citando que “para remover barreiras para a aprendizagem e para a participação, a avaliação deve ser um processo compartilhado e desenvolvido, preferencialmente, na escola” (CARVALHO, 2011, p.129).

Sobre os critérios ou instrumento utilizados na avaliação da aprendizagem de alunos com NE e a periodicidade Mary da escola A respondeu que “os critérios e instrumentos são basicamente, os mesmos para todos os alunos da escola. Porém, o olhar, a reflexão sobre a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais é diferenciado. Além de serem atendidos pela educadora especial da escola que trabalha paralelamente com os professores”. Ane colocou que “são utilizadas técnicas e instrumentos de avaliação alinhando sempre a avaliação com as atividades de aprendizagem de sala de aula”. Odila e Marlene responderam que “a avaliação é realizada pela educadora especial juntamente com os professores e é trimestralmente”. Já a equipe gestora da escola B afirmou: “para realizar a avaliação da aprendizagem, o conjunto de professores onde existe os educandos da clientela da educação especial, é apoiado no trabalho coletivo, do planejamento flexível, em que é combinado os instrumentos, já que cada caso é diferente”.

A partir do exposto, é possível visualizar que nenhuma citou critérios ou instrumentos utilizados na avaliação dos alunos com NE. As gestoras da escola A deixam explícito que a avaliação dessa clientela ocorre juntamente com a educadora especial, a partir de um olhar diferenciado e que decorre das atividades realizadas em sala de aula. Já as gestoras da escola B focalizam uma avaliação coletiva entre os professores que atuam com este educando, individual e flexível. Desse modo, sendo a avaliação uma ferramenta que serve para reorientar a prática educativa, acredita-se que ao refletir coletivamente sobre a aprendizagem desses educandos com NE, como as gestoras de ambas instituições mencionaram, maiores possibilidades de intervenção e efetiva aprendizagem lhes serão proporcionadas.

Sobre a finalidade da avaliação para esses alunos, Mary da escola A destacou: “a observação dos avanços demonstrados por/pelos alunos, a fim de ampliar suas competências por meio do desenvolvimento de suas habilidades”. Ane colocou que tem a finalidade “de permitir conhecer melhor esse aprendiz identificando motivações, hábitos, autoestima, facilidades, dificuldades em determinadas áreas”.

Odila e Marlene ressaltaram que a finalidade é “observar os avanços e elaborar estratégias de aprendizagem a partir desses”.

Já a equipe gestora da escola B respondeu que “tem como finalidade a busca das suas superações e evitar o fracasso escolar, respeitar as diferenças dos alunos com deficiência na tentativa de quebrar estigmas que o aluno ‘especial’ não tem capacidades”.

Percebe-se, assim, que para as representantes de ambas instituições a finalidade da avaliação está bem compreendida pela equipe, sendo esta o ponto de partida para organizar as aprendizagens futuras dos educandos com NE.

Deste modo, é fundamental que a gestão escolar estabeleça uma relação coerente sobre a avaliação no processo de ensino-aprendizagem auxiliando os professores na investigação de como melhorar sua práxis, intervindo e mediando, tendo sempre como maior interesse o desenvolvimento dos alunos em todos os aspectos (cognitivo, psicomotor, psicossocial, afetivo).

Sobre a autonomia dos professores quanto à realização das avaliações, a coordenadora Mary da escola A afirma: “Os professores possuem autonomia para efetuar a avaliação e na sequência discutem sobre esse aluno, explanando suas observações e conclusões, a fim de elaborarem uma avaliação conjunta para os trimestres”. Ane diz que “possuem autonomia, mas com sugestões da escola, baseado nas leis”. Odila e Marlene afirmam: “os professores possuem autonomia, podem realizar trabalhos diferenciados”. A equipe gestora da escola B afirma: “os professores possuem autonomia”.

Frente ao exposto, deve-se ressaltar a importância da autonomia conferida ao professor para elaborar sua forma de realizar a avaliação de seus alunos, pois o professor que está diariamente com o aluno em sala de aula percebe as necessidades e avanços de cada um, bem como a melhor forma de avaliá-los.

No que se refere ao modo como a escola envolve a família no processo de avaliação da aprendizagem de alunos com NE, Mary da escola A afirma: “convidando-os para conversar com os professores da turma, educadora especial, coordenação e direção”. A professora Ane responde: “ajudar a família o que são requisitos básicos para as crianças, chamadas aos pais na escola para informar o reforço das atividades aplicadas na escola que elas são importantes”. Odila e Marlene colocam que, enquanto gestoras, realizam “conversas com os pais e

encaminhamentos”. A equipe gestora da escola B ressalta que é “de forma indireta, os familiares compartilham informações úteis sobre habilidades que possam ser exploradas em sala de aula”.

Envolver a família no processo de aprendizagem dos educandos está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) que preconizam que as escolas têm a obrigação de se articular com as famílias e os pais têm direito a ter ciência do processo pedagógico, bem como de participar da definição das propostas educacionais. Além disso, quando a família participa das decisões pertinentes ao processo educativo de seu filho, maior é a chance de aprendizagem, uma vez que a família conhece as motivações e possibilidades do aluno. Nesse sentido, a família deve participar das decisões pertinentes ao processo educativo, mas cabe ao professor realizar a avaliação da aprendizagem do aluno na escola.

Sobre o que a escola faz para auxiliar os professores que não possuem formação para atuar com os alunos com NE quanto a avaliação da aprendizagem, a professora Mary da escola A afirmou: “há a educadora especial na escola, essa presta inúmeros esclarecimentos aos professores” e a professora Ane responde que “dá oportunidade para cursos e seminários e troca com a educadora especial da escola”. Odila e Marlene afirmaram que “estes professores podem conversar com a educadora especial”. A equipe gestora da escola B disse “possibilitar aos professores formação específica e continuada para a atuação com alunos público alvo da educação especial na perspectiva inclusiva e assumir a responsabilidade de conhecer e promover condições para que o ensino ministrado na escola seja de qualidade para todos os alunos”.

Frente a essas afirmações, pode-se perceber que a equipe gestora da escola A propicia oportunidades para seus professores receberem esclarecimentos sobre os alunos com NE, no entanto, há uma crença de que, tendo a educadora especial para prestar esclarecimentos sobre os alunos com NE, basta para a escola atender as especificidades de seus educandos. Já as gestoras da escola B assumem o compromisso de proporcionar formação continuada para os professores que não possuem conhecimentos sobre como atuar com alunos com NE e promover condições para que ocorra a aprendizagem, e ocorrendo com isso, uma efetiva inclusão.

No que tange a ações para fortalecer cada vez mais o papel da gestão escolar no que se refere à avaliação da aprendizagem de alunos com NE, a professora Mary da escola A colocou: “devem ser ofertados cursos e orientações sobre o assunto, bem como, materiais a serem utilizados. A capacitação desses profissionais, com relação aos alunos com NE se faz muito necessária” e a coordenadora Ane não respondeu a este questionamento. Odila e Marlene responderam que “a gestão deve estar integrada: administrativo e pedagógico buscando recursos e aperfeiçoamento”. Já a equipe gestora da escola B respondeu que “as metas traçadas para cada série é uma situação e as traçadas para o aluno é que deve ser avaliada; neste caso usamos a avaliação processual”.

A partir do exposto, observa-se que Mary compreende ser papel da gestão oferecer possibilidades de formação contínua sobre o tema e Odila e Marlene apostam em uma gestão integrada, a meu ver conjunta, compartilhada, para fortalecer o papel da gestão no que diz respeito a avaliação da aprendizagem de alunos com NE. Já a equipe gestora da escola B destaca que o papel da gestão é reafirmar o que se tem na escola como possibilidades de avaliação.

Acredita-se que fortalecendo a gestão escolar democrática através de decisões compartilhadas, debates coletivos sobre a temática da avaliação e formações continuadas para toda a comunidade escolar é possível melhor qualidade da educação e efetiva inclusão dos alunos com NE, pois “a boa qualidade da escola traduz-se pelo êxito alcançado na aprendizagem e participação de todos os alunos, sem exclusões” (CARVALHO, 2011, p.114). Com isso, a gestão democrática permite o acesso a todos na escola e nas decisões pertinentes ao processo educativo. Nesse sentido, Carvalho (2011) ainda afirma:

O direito é a igualdade de oportunidades, respeitadas a diversidade humana e a multiplicidade de interesses e necessidades de cada um. Este é o princípio democrático que deve nortear as discussões e os processos deliberativos na escola, em clima de gestão compartilhada. (CARVALHO, 2011, p.159)

Ou seja, realizar uma gestão escolar democrática é acreditar que todos juntos têm mais chances de encontrar caminhos para atender as expectativas da sociedade a respeito da atuação da escola. Quanto mais pessoas participam da vida escolar, maior é a possibilidade de estabelecer relações mais flexíveis e menos

autoritárias entre educadores e comunidade escolar. É importante que toda comunidade escolar participe da discussão, em igualdade de condições, sem ter receio de expor posições contrárias, nas reuniões e nas conduções de decisões.

Nessa ótica, cabe ao gestor, orientador desse processo, discutir com os professores a melhor forma de planejar, de avaliar, estabelecer prioridades, fazer as intermediações necessárias, questionar e assegurar a coerência entre o planejamento e a proposta pedagógica da escola.

Além de uma boa relação e de uma prática pedagógica eficiente, a equipe gestora e o professor devem cuidar muito bem dos instrumentos de avaliação. A equipe pedagógica da escola deve definir os critérios para cada uma das etapas da avaliação escolar e o coordenador pedagógico, com base nos critérios definidos, deve cuidar desse processo.

Enfim, o papel dos gestores escolares é repensar a prática pedagógica, criando alternativas para reencontrar através de uma avaliação como instrumento de orientação da prática superar alguns limites colocados por uma forma mais tradicional de ensino.

Isso significa que para uma efetiva inclusão é necessário uma gestão escolar democrática que propicie a participação de toda a comunidade escolar nas decisões pertinentes ao processo educativo e oriente as práticas avaliativas realizadas nas instituições escolares, a fim de assegurar seu legítimo significado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do desafio de ser gestor frente a um novo modelo educacional que preconiza que todos devem ter acesso e condições de permanência na escola aprendendo de maneira significativa, a avaliação da aprendizagem de alunos com NE e o papel dos gestores escolares tornam-se fundamentais para auxiliar no processo de inclusão dos alunos com NE.

Esse processo de inclusão precisa ser compreendido e mediado pela equipe gestora, bem como estar explícito no PP da escola tendo em vista que:

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. (MANTOAN, 2003 apud CARVALHO, 2011, p.14)

Deste modo, o PP é uma das ferramentas da gestão escolar democrática e sendo construído de maneira coletiva representará as necessidades da comunidade escolar. Nesse caso, compreende-se que a inclusão configura-se em uma

necessidade da educação brasileira e, por isso, também deve ser debatida durante a construção do PP.

Por isso, o professor necessita de apoio, principalmente aquele que não possui formação específica para atuar com alunos com NE e além disso, são necessárias possibilidades de discussões e decisões conjuntas também com a família dos educandos.

Sendo assim, as análises dos PPs das escolas pesquisadas apontam para uma gestão escolar democrática. No entanto, ao abordar a avaliação da aprendizagem em nenhum dos PPs se discute esta ferramenta em específico para os alunos com NE. Isto nos leva a pensar que diante de uma realidade inclusiva é imprescindível o PP de uma instituição inclusiva trate sobre esses educandos e como deve ser a condução do processo educativo, bem como a sua avaliação.

No que se refere às práticas desenvolvidas, percebe-se que ambas as equipes gestoras, além de não possuírem formação específica em gestão escolar, possuem poucos conhecimentos teóricos sobre sua atuação, implicando na confusão de ideias sobre o significado de gestão escolar. No entanto, compreendem que a gestão deve ser compartilhada e a família deve compartilhar das decisões pertinentes ao processo educativo dos educandos, proporcionando oportunidades aos professores em qualificarem-se e realizarem trocas com a educadora especial sobre as questões pertinentes a esses educandos.

Acerca da avaliação da aprendizagem dos alunos com NE as equipes gestoras demonstraram possuir pouco conhecimento, principalmente as gestoras da escola A que acreditam que este aspecto deve ser discutido unicamente entre a educadora especial e os professores, sem a mediação da equipe gestora. Isso quer dizer que, a equipe gestora ainda não tem definido as questões da gestão escolar democrática, onde todos são responsáveis por essa construção, ou seja, pela inclusão.

Frente a isso, levando em consideração a bibliografia consultada, os questionários e as práticas vivenciadas, pode-se dizer que fortalecendo a gestão escolar através dos princípios da gestão democrática, proporcionando formação na área de gestão e compreendendo o verdadeiro sentido da avaliação é possível uma verdadeira inclusão dos alunos com NE.

A partir deste estudo, pode-se dizer que os objetivos foram alcançados, pois foi possível compreender que a avaliação da aprendizagem de alunos com NE e a gestão escolar democrática devem não só estar presentes nos PPs mas também ter seu entendimento por toda a comunidade escolar, onde a gestão deve compreender sua própria existência, bem como o significado da avaliação, para mediar e auxiliar no processo de inclusão dos alunos com NE.

Desse modo, esse estudo contribuiu com a minha formação profissional e para os estudos na área da gestão escolar, uma vez que apontou como essa tem se direcionado para a solução de problemas e mediação do pedagógico nas instituições escolares, ressaltando a importância das decisões compartilhadas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar. Disponível em <http://nte.ufsm.br/moodle2_UAB/course/view.php?id=495> Acesso em jul. 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Resolução 04, de 2 de outubro de 2009**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso em 18 jun 2013.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2011.

COSTA, Sérgio Francisco. **Método Científico**. São Paulo: HARBRA Ltda, 2001.

DEUS, Adélia Meireles de; CUNHA, Djanira do Espírito Santo Lopes; MACIEL, Emanoela Moreira. **Estudo de caso na pesquisa qualitativa em educação**: uma Metodologia. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.1/GT_01_14.pdf> Acesso em: 18 jun. 2013.

FERREIRA, Lucinete. **Retratos da Avaliação**. Conflitos, desvirtuamentos e caminhos para a superação. Porto Alegre: Mediação, 2002.

FERREIRA, Lílana S. **A construção do Projeto Político-Pedagógico. UNIDADE I: Fundamentos Teóricos-metodológicos.** Curso de Especialização lato-sensu em Gestão Educacional, 2009.

_____. **A Construção do Projeto Político-Pedagógico:** Material Didático. Santa Maria, RS. 2009. Disponível em <http://cead.ufsm.br/moodle2_UAB/mod/resource/view.php?id=13554> Acesso em abril 2013.

_____. Gestão do Pedagógico: de qual Pedagógico se fala? **Currículo sem Fronteiras**, v.8, n.2, p.176-189, Jul/Dez 2008.

FURQUIM, Alexandra Silva dos Santos; BRAGA, Etiane Fagundes; IRGANG, Sílvania Regina Pellenz. **Os caminhos da gestão escolar:** discutindo as atribuições e a prática do coordenador pedagógico. Disponível em <<http://www.partes.com.br/educacao/caminhosdagestao.asp>> Acesso em abril 2013.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas.** São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, 1995.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora:** uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 1993.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da Escola:** teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

_____; OLIVEIRA, J. F.; TOSHI, M. S. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. 2 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional:** uma questão paradigmática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Série: Cadernos de Gestão.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem na escola e a questão das representações sociais.** Disponível em <WWW.luckesi.com.br> Acesso em: 26 ago. 2011.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino**. São Paulo, Editora Ática, 2007.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Joyce Danielly Pedrosa da; COSTA, Joelma da Sila; CRUZ, Fatima Maria Leite. **Avaliação da aprendizagem e suas relações com a gestão escolar**. Disponível em: http://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2007.2/avaliacao%20da%20aprendizagem%20e%20suas%20relacoes%20com%20a%20gestao%20escolar.pdf
Acesso em: 02 abr. 2012.

SOUSA, Sandra Zákia L. Debater é preciso. In: **Revista Escola Pública**, 2011.

Apêndices

Apêndice A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do estudo: GESTÃO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: FATORES DE IN/EXCLUSÃO

Pesquisador(es) responsável(is): Ana Paula dos Santos Ferraz, Alexandra Furquin

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria

Telefone para contato: 55-96067210

Local da coleta de dados: Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Cândida Zasso e Escola Estadual de Educação Básica Tiradentes.

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo: compreender as relações entre a avaliação da aprendizagem e os princípios da gestão escolar presentes no PPP e discurso dos gestores das instituições, bem como suas influências no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais.

Procedimentos. Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento deste questionário, respondendo às perguntas formuladas que abordam a questão da avaliação da aprendizagem de alunos com necessidades especiais e o Projeto Pedagógico da instituição.

Benefícios. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você, mas pode auxiliar na qualidade do ensino ofertado em sua instituição ou a sanar dúvidas que você tenha sobre o tema.

Riscos. O preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.

Sigilo. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em

nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Agudo _____, de _____ de 20____

Assinatura

Pesquisador responsável

Apêndice B

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

GESTÃO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: FATORES DE IN/EXCLUSÃO

Especializanda: Ana Paula dos Santos Ferraz

Orientadora: Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Instruções

O presente questionário tem como propósito investigar como a gestão escolar exerce seu papel na avaliação do processo de ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades especiais e qual sua intervenção para auxiliar os seus docentes neste aspecto para uma efetiva inclusão desses alunos.

As questões são dispostas de duas maneiras: fechadas e abertas.

Por favor, responda com objetividade e sinceridade

Suas respostas, opiniões e sugestões são de extrema relevância para esta pesquisa e para o conhecimento de como a gestão escolar e a avaliação dos alunos com necessidades especiais está presente nas escolas públicas de Nova Palma, RS.

OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO!

I - DADOS GERAIS

1. Nome: _____
2. Nome fictício: _____
3. Endereço: _____
4. Escola: _____
5. Telefones para contato: _____

II - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1. Qual sua formação acadêmica?

2. Há quantos anos está exercendo o cargo de Diretor, Vice-Diretor ou Coordenador Pedagógico?

3. Na sua formação profissional foi contemplado o tema avaliação da aprendizagem?

4. Você já fez ou faz cursos, seminários, congressos ou algum tipo de formação continuada que focalizem a gestão escolar?

5. Você já fez ou faz cursos, seminários, congressos ou algum tipo de formação continuada que focalizem a avaliação da aprendizagem?

III - ATUAÇÃO PROFISSIONAL

1. Qual a concepção de gestão escolar que embasa a sua prática?

2. Como foi realizada a construção do PP?

3. Qual a concepção de avaliação da aprendizagem que o Projeto Pedagógico aborda?

4. Quem são as pessoas que tem conhecimento a respeito Projeto Pedagógico da instituição?

5. Como o tema avaliação da aprendizagem de alunos com necessidades especiais tem sido refletido nas propostas e ações desenvolvidas na escola?

6. Quais os critérios ou instrumentos utilizados para realizar a avaliação da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais e qual a sua periodicidade?

7. Qual a finalidade da avaliação da aprendizagem para com os alunos com necessidades especiais?

8. Os professores possuem autonomia na realização das suas avaliações com os alunos ou devem seguir um padrão determinado pela escola?

9. Como a escola envolve a família no processo de avaliação da aprendizagem de alunos com necessidades especiais?

10. O que a escola faz para auxiliar os professores que não possuem formação para atuar com os alunos com necessidades especiais quanto a avaliação da aprendizagem?

11. Na sua opinião, o que deve ser feito para fortalecer cada vez mais o papel da gestão escolar no que se refere à avaliação da aprendizagem de alunos com NE?

Comentários e sugestões:

OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO!